

PERSPECTIVA FEMINISTA EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO CTS: DIAGNÓSTICO SOBRE SUAS LIMITAÇÕES

*Letícia Azevedo Januário** / *Jussara Ribeiro de Oliveira*** / *Étienne Siqueira Rocha****

RESUMO

A perspectiva feminista nos estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) questiona a estrutura sexista do campo científico e tecnológico, a existência de estereótipos femininos e as relações de poder na área, assim como defende a necessidade de maior representatividade feminina e da diversidade na Ciência e Tecnologia. Com a ampliação de correntes e recortes de atuação feminista, se faz necessário investigar o quanto, e de que forma, isso tem permeado o campo CTS. Nesse sentido, buscou-se verificar se as autoras feministas referenciadas nas disciplinas dos cursos interdisciplinares CTS ainda são, na maioria, mulheres brancas dos países do hemisfério norte. Para tanto, realizou-se uma análise exploratória e descritiva das bibliografias das disciplinas com foco nos estudos CTS e os estudos feministas do campo. A identificação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* relacionados ao enfoque CTS no Brasil foi realizada por meio de uma busca na Plataforma Sucupira da Capes. Pôde-se comprovar a tese de que as autoras feministas mais referenciadas ainda são, na maioria, mulheres brancas dos países do hemisfério norte que não se identificam com a agenda científica dos países “marginalizados”, assim como as especificidades das mulheres negras, indígenas ou LGBT que compõem o Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: EPISTEMOLOGIA FEMINISTA – RECORTES DE GÊNERO – CTS

* Estudante de doutorado em Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos, SP, Brasil. Correo electrónico: <leticiaaj12@gmail.com>.

** Estudante de doutorado em Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos, SP, Brasil. Correo electrónico: <darksaj@gmail.com>.

*** Estudante de doutorado em Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos, SP, Brasil. Correo electrónico: <etiene.so@gmail.com>.

INTRODUÇÃO

Despontando no final do século XVIII, a Ciência Moderna caracteriza-se pela filosofia experimental e o racionalismo “calculador e quantificador”, além do mecanicismo e das práticas das ciências naturais ou experimentais, os quais objetivaram dominar, manipular e triunfar sobre a natureza. Consequentemente, a dominação científica dos homens sobre a natureza permite a conclusão de que a “nossa ciência estruturou-se a partir de um princípio de racionalidade fundado numa filosofia de caráter nitidamente patriarcal-masculino-machista” (Japiassu, 2011: 20-22). Desta forma, os estudos feministas têm papel fundamental no debate e na denúncia das questões de gênero, das desigualdades e do poder como figuras centrais das relações assimétricas entre a ciência e a sociedade (Subramaniam *et al.*, 2016).

A fim de pensar o contexto da ciência brasileira, é preciso entender a lógica portuguesa advinda do processo de colonização do país, tendo em vista que com a chegada da família real portuguesa, em 1808, a intenção era transformar o Brasil em um apêndice de Portugal (Bottoni, Sardano e Costa Filho, 2013). Neste contexto, moldada sob a influência da Universidade de Coimbra e, assim, marcada pela Ciência Moderna, surgiu a primeira universidade brasileira, a Escola de Cirurgia da Bahia. Como consequência desse modelo colonial, as mulheres, sobretudo as mulheres inseridas em grupos minoritários, são sub-representadas no âmbito acadêmico e científico brasileiro.

A perspectiva feminista nos estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) questiona a estrutura sexista do campo científico e tecnológico, a existência de estereótipos femininos e as relações de poder na área, assim como defende a necessidade de maior representatividade feminina e da diversidade na Ciência e Tecnologia (CT) (Bauchspies, Croissant e Restivo, 2006). Assim, os estudos feministas no campo CTS permitem a compreensão do papel excludente das relações de gênero na CT no mundo moderno, sendo que a epistemologia de gênero visa à transformação das relações para a construção da equidade de gêneros na CT, a partir da discussão e análise dos padrões sexistas na área (Sismondo, 2010).

Os estudos feministas em conjunto com o campo de estudos CTS denunciam a ausência de neutralidade da ciência, elucidando os aspectos raciais que também influenciam a ciência (Bauchspies, Croissant e Restivo, 2006). Partindo do recorte de gênero, feministas negras e de nacionalidades não ocidentais começaram, também, a pontuar outros vieses dentro da ciência e mesmo dentro dos estudos feministas, denotando o racismo, LGBTfobia, xenofobia entre outras opressões dentro da academia, os quais se refletem

na produção científica, nas relações de poder e na própria estrutura organizacional da ciência.

Destacam-se enquanto grupo de estudos nessa área o feminismo da diferença, feminismo perspectivistas, feminismo interseccional (norte-americano) e os feminismos de/pós-coloniais, em especial os trabalhos de feministas orientais e da América Latina, que compõem o embasamento teórico do presente trabalho.

Diante do exposto, afirma-se que a questão do gênero na CT é complexa com inúmeras influências sociais, institucionais e culturais, as quais constroem as relações de poder do campo científico, haja vista que a CT são territórios políticos que reproduzem as concepções que sustentam as relações de gênero desiguais da sociedade. Assim, a epistemologia de gênero no campo CTS se apresenta diversa e plural a fim combater amplamente o sexismo e o androcentrismo, que moldam as práticas e competências científicas em detrimento das mulheres e das minorias. As reflexões aqui delineadas, se iniciaram na disciplina “Metodologias e Teorias Interdisciplinares aplicadas ao Campo CTS” ministrada pelo prof. Wilson José Alves Pedro no Programa de Pós-Graduação Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, Brasil.

Portanto, atentando para as questões que vão para além do gênero, objetivou-se verificar a presença das autoras da Epistemologia Feminista nas ementas de disciplinas de programas de pós-graduação da área das Ciências Sociais que estejam alinhadas com os estudos CTS, com foco especial no perfil étnico-racial das autoras mais citadas a fim de evidenciar se há o padrão geralmente observado nas citações dos estudos feministas: os trabalhos de mulheres brancas de países do hemisfério norte.

A CTS FEMINISTA E SEUS RECORTES

O feminismo afetou a academia de diversas formas. Haja vista a grande diversidade de correntes, que além de trazer novos questionamentos para os pressupostos teóricos das pesquisas, aprofundou de maneira fundamental a crítica sobre a neutralidade e a objetividade da ciência. Ganhando força desde os anos 1980, por meio de alianças e tensões com outros movimentos sociais, neste pouco tempo já teve tempo de se diversificar e aprimorar. O movimento feminista interseccional – que tomou forma nos anos 1990 – busca integrar as diversas lutas e questionar “decretos de classe, raça, etnia, gênero e sexualidade em ciência, tecnologia e medicina” (Moser, 2006: 537). Ingunn Moser afirma que:

Essas feministas alegaram que uma nova abordagem ou paradigma era necessário para explicar as experiências das mulheres negras de serem submetidas a uma complexa matriz de dominação na qual diferentes eixos de diferenciação e hierarquias sociais se combinam e se constroem mutuamente. Na década de 1990, o termo interseccionalidade para esse fenômeno tornou-se comumente usado – e ganhou importância como metáfora e paradigma em estudos queer e pós-coloniais, bem como em estudos feministas de gênero e cultura (Moser, 2006: 540, tradução nossa).

Neste sentido, os questionamentos feministas interseccionais ganharam força no campo CTS e parecem estar se consolidando dentro de um conjunto de críticas tratadas como os estudos de gênero.

Marta García e Eulalia Sedeño (2002) classificam os estudos sobre ciência, tecnologia e gênero como heterogêneos, embora compartilhem o mesmo objetivo político, a saber: opor-se ao sexismo e ao androcentrismo observados nas práticas científicas. Para García e Sedeño (2002) quando se fala na discriminação da mulher no meio científico, ela pode ser representada de duas formas, a territorial e a hierárquica. Na primeira, as mulheres são relegadas a certas áreas científicas, ou seja, áreas classificadas como “femininas” com trabalhos “feminilizados” ou “rotineiros”, que fora da esfera do “teórico”, adquirem menor valor (García y Sedeño, 2002). Na segunda, cientistas tidas como capazes e brilhantes encontram um “teto de vidro”, que não podem ultrapassar, represando-as nos cargos inferiores da hierarquia científica. Ainda é identificada a exclusão das mulheres das redes informais de comunicação, consideradas como canais essenciais para o desenvolvimento das ideias científicas (García y Sedeño, 2002).

Muito ligada às duas formas de discriminação supramencionadas está a desigualdade estrutural na ciência, que Hess *et al.* (2016: 335), além de indicar algumas limitações sobre as políticas de participação de determinados grupos dentro do fazer científico tratando do papel dos movimentos sociais em trazer novos questionamentos para a ciência, introduziu-nos “muitos conceitos úteis e [que] nos ajudaram a conduzir pesquisas com mais clareza” (tradução nossa). Os autores sugerem, também, que “há espaço para conceitos adicionais especialmente sintonizados com o problema da desigualdade estrutural”. Ainda sobre o assunto:

Um dos próximos passos no estudo da desigualdade estrutural é uma melhor investigação integrada de raça, gênero, sexualidade e estudos relacionados com o trabalho sobre pobreza, desigualdade e subdesenvolvimento globais. O campo também poderia se beneficiar de estudos reflexivos sobre como as

diferentes tradições nacionais e continentais do CTS desenvolveram diferentes ênfases no estudo da desigualdade estrutural (Hess *et al.*, 2016: 335, tradução nossa).

Para tratar da desigualdade estrutural de gênero na academia, Margaret Rossiter (1993) cunha o termo “Efeito Matilda” como homenagem à Matilda Joslyn Gage.^[1] Adaptado do termo “Efeito Mateus” de Robert Merton em 1968 –baseado na segunda metade do versículo bíblico Mateus 13:12 que diz: “Porque àquele que tem, se dará, e terá em abundância; mas àquele que não tem, até aquilo que tem lhe será tirado” (Bíblia, 2015: 1470)– caracteriza o pouco reconhecimento atribuído às cientistas mulheres e, por conseguinte, prejudicando a aquisição delas de financiamentos e recursos.

Corroborando, Henry Etzkowitz e Namrata Gupta (2006) apontam que a discriminação de gênero na ciência existe em todos os níveis, desde a inserção e a participação das mulheres na área até o seu reconhecimento. Acerca desse debate, Miqueo *et al.* (2011) defendem a denúncia dos processos de desautorização masculina na comunicação científica, assim como a necessidade do reforço do reconhecimento da autoria feminina com o uso de seu primeiro nome, haja vista a potência da visibilidade delas como instrumento para a legítima integração das mulheres, evitando o perpétuo movimento da ciência sem mulheres ou da ciência com as eleitas.

Apoiando-se em uma das linhas de pensamento feminista – o feminismo da diferença –, Londa Schiebinger argumentou que somente haverá igualdade de gênero na ciência mediante as “mudanças não apenas nas mulheres, mas também nas salas de aula de ciências, currículos, laboratórios, teorias, prioridades e programas de pesquisa (...)” (Schiebinger, 1999: 97, tradução nossa). Com a ampliação de correntes e recortes de atuação feminista nos mais diversos espaços, é necessário investigar o quanto, e de que forma, isso tem influenciado o campo de CTS. Nesse sentido alguns estudos têm buscado pontuar a influência de feminismos pós/decoloniais, antirracistas, pró-LGBT no modo de pensar dos pesquisadores e nas pesquisas.

Banu Subramaniam *et al.* (2016) indicam que os estudos do campo CTS estão e devem estar preocupados com as complexidades de gênero, raça e

[1] Matilda Joslyn Gage foi uma americana sufragista que denunciou a tendência dos homens em coibir o trabalho das mulheres, assim como receber os créditos proveniente do trabalho delas. Apesar dos anos como ativista feminista, o fato de Matilda ser desconhecida atualmente personifica os efeitos desse fenômeno (Rossiter, 1993).

colonização na produção científica e tecnológica, pois a ciência e a modernidade ocidental se pautam no contexto colonial e imperialista, no qual houve a naturalização de uma política científica da diferença que exerce influência até hoje nas sociedades colonizadas, como, por exemplo, a noção que nossos indígenas foram passivamente colonizados. Corroborando, Elizabeth Anderson traz à perspectiva pós-colonial da CT, ressaltando que os “estudos pós-coloniais de ciência e tecnologia podem oferecer oportunidades para gerar entendimentos sistemáticos de economias políticas em mundos culturais locais, ou pelo menos eles podem nos oferecer tópicos para seguir pelo labirinto” (Anderson, 2002: 652, tradução nossa). Já que os estudos pós-coloniais explicitam a utilização de terras, insumos e sujeitos colonizados como laboratórios e instrumentos para pesquisas científicas realizadas ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX.

Com foco em como se dá às relações de poder a partir dos recortes de gênero, raça, classe e etnia, tais estudos se mostraram fundamentais para a compreensão de como ocorre a constituição da CT nas sociedades do hemisfério Sul e como são moldadas as relações de poder e desigualdade neste contexto (Subramaniam *et al.*, 2016). Complementando, os estudos feministas pós-coloniais indicam que o surgimento do sexismo e do racismo científico se deu a partir da observação dos corpos e dos hábitos dos colonizados, sendo que nos últimos anos houve o desenvolvimento de investigações sobre as preocupações políticas em C&T nos países do Hemisfério Sul, no que se refere às mulheres no ambiente científico e militar (Subramaniam *et al.*, 2016).

Alinhada a tal perspectiva, Sandra Harding (2016) apresenta como a teoria descolonial vem se desenvolvendo nas últimas décadas na América Latina, fornecendo novos *insights* epistemológicos e políticos sob a perspectiva do colonizado latino-americano, reflexões sobre os efeitos dessa colonização nas realidades atuais e caminhos para mudanças sociais e movimentos de justiça social necessárias às sociedades de todo o mundo.

O feminismo decolonial – considerado como um herdeiro do feminismo negro e do terceiro mundo dos Estados Unidos construído a partir das opressões de raça, classe e sexualidade – busca por um pensamento próprio forjado por meio da denúncia de invisibilidade nos movimentos sociais e no não-reconhecimento dentro do próprio feminismo (Lugones, 2014b; Miñoso, Correal e Muñoz, 2014).

Um exemplo marcante para este pensamento com recortes sobre gênero é o trabalho de Maria Lugones (2014a), que aponta a dissociabilidade da reflexão e a descolonialidade com a reflexão sobre gênero.

[...] a colonialidade do gênero constitui-se pela colonialidade de poder, saber, ser, natureza e linguagem, sendo também constitutiva dessas. Elas são crucialmente inseparáveis. Uma maneira de expressar isso é que a colonialidade do saber, por exemplo, é gendrada e que sem entender seu caráter gendrado não se entende a colonialidade do saber. Mas quero aqui me adiantar dizendo que não existe descolonialidade sem descolonialidade de gênero (Lugones, 2014a: 940).

Assim, para a autora, a lógica do sistema colonial e, portanto, do mundo colonizado, se pauta no uso de dicotomias hierárquicas, nas quais os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas. Neste contexto colonial e cristão, a divisão maniqueísta entre o bem e o mal servia para marcar a sexualidade feminina como maligna, uma vez que as mulheres colonizadas eram figuradas em relação a Satanás, às vezes como possuídas por Satanás.

METODOLOGIA

A partir de uma análise exploratória e descritiva, investigou-se quem e quantas são as autoras feministas referenciadas nas bibliografias das ementas das disciplinas de cursos interdisciplinares cujos focos se alinhavam aos estudos da CTS. Mediante tal identificação, elencou-se as mais citadas, assim como o perfil étnico-racial das autoras. Não foram consideradas autoras que tratam da temática de gênero apenas como um recorte metodológico para apoiar temáticas mais gerais como saúde, meio ambiente, agricultura e educação.

Para tanto, realizou-se uma busca na Plataforma Sucupira da Capes para a identificação de programas de pós-graduação *stricto sensu* relacionados ao enfoque CTS no país.^[2] Assim, adotou-se a seguinte estratégia de busca: programas da área básica “sociais e humanidade” e da área de avaliação “interdisciplinar” em funcionamento com orientação acadêmica. Como resultado, obteve-se 109 programas.

Para a triagem dos mesmos, realizou-se uma seleção por meio de palavras-chaves no nome do programa e nas linhas de concentração que dialogam com os estudos CTS, a saber: ciência, tecnologia, cultura, sociedade,

[2] Pesquisa realizada na Plataforma Sucupira em dezembro de 2018. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/listaPrograma.jsf>>.

políticas públicas, conhecimento científico, divulgação científica, história da ciência, estudos feministas e desenvolvimento social.

Neste sentido, elencou-se 25 programas para a análise proposta identificados no quadro 1.

Após, realizou-se buscas tanto nos *websites* dos programas supramencionados, como na Plataforma Sucupira a fim de verificar a estrutura curricular dos cursos. Quando as ementas não estavam disponíveis em ambas vias, contatou-se a secretaria dos programas de pós-graduação para solicitação.

Em seguida, debruçou-se sobre as referências das ementas das disciplinas com convergência para os estudos de gênero, bem como para a abordagem CTS dos programas que compõem a análise (quadro 1).

Assim, de forma inicial, verificou-se o gênero das autorias, pois devido às abreviaturas que comumente se utiliza na comunicação científica, há uma inviabilização do trabalho feminino, o que será aprofundado na análise dos dados. Em seguida, contabilizou-se as autoras e as obras mais citadas. Então, traçou-se um perfil com a identificação de raça –classificando-as como brancas e não brancas– e da nacionalidade dessas autoras. Haja vista que, como pondera Maria Lugones:

A relação entre pureza categorial e dicotomias hierárquicas funciona assim: cada categoria homogênea, separável, atomizada caracteriza-se em referência ao membro superior da dicotomia. Assim, “mulheres” refere-se a mulheres brancas. “Negro” refere-se a homens negros. Quando se tenta entender as mulheres na intersecção entre raça, classe e gênero, mulheres não brancas, negras, mestiças, indígenas ou asiáticas são seres impossíveis. São impossíveis porque não são nem mulheres burguesas europeias, nem machos indígenas. A interseccionalidade é importante quando mostra a falha das instituições em incluir discriminação ou opressão contra mulheres de cor (Lugones, 2014a: 942).

Assim, o conceito de racialização proposto por Maria Lugones (2014a), a partir das teorias de colonialidade do poder/ser de Aníbal Quijano, faz referência à classificação dos povos do mundo em “raças” por meio das relações entre o colonizador e o colonizado e da potência da exploração do trabalho colonizado. A partir dessa reflexão, pode-se entender a importância desta classificação, pois, essa diferenciação é essencial para a construção da diversidade do pensamento feminista, ou seja, olhar para as mulheres não brancas é ir além da lógica “categorial” colonial.

Quadro 1. Programas interdisciplinares selecionados

Programa	Instituição de ensino
Ciência, Tecnologia e Sociedade	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Ciência, Tecnologia e Sociedade	Universidade Federal de São Carlos
Ciências da Sociedade	Universidade Federal do Oeste Do Pará
Ciências Humanas	Universidade do Estado do Amazonas
Ciências Sociais Aplicadas	Universidade Estadual de Ponta Grossa
Cultura e Sociedade	Universidade Federal do Maranhão
Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade	Universidade Federal de Itajubá
Difusão do Conhecimento	Universidade Federal da Bahia; Universidade Do Estado da Bahia; Faculdade de Tecnologia Senai Cimatec; Laboratório Nacional de Computação Científica; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia; Universidade Estadual de Feira de Santana
Divulgação Científica e Cultural	Universidade Estadual de Campinas
Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde	Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)
Estado e Sociedade	Universidade Federal do Sul da Bahia
Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo	Universidade Federal da Bahia
História da Ciência	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Interdisciplinar em Estudos Latino-americanos	Universidade Federal da Integração Latino-americana
Interdisciplinar em Ciências Humanas	Universidade Federal de Santa Catarina
Política Científica e Tecnológica	Universidade Estadual de Campinas
Políticas Públicas	Universidade Federal do Paraná
Políticas Sociais	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
Políticas Sociais e Cidadania	Universidade Católica do Salvador
Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social	Universidade de Cruz Alta
Relações Étnicas e Contemporaneidade	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Relações Étnico-raciais	Centro Federal de Educação Tecn. Celso Suckow da Fonseca
Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas	Centro Universitário Tiradentes
Tecnologia e Sociedade	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

* Programa de pós-graduação com sede na UFBA em colaboração com as demais instituições citadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após o tratamento dos dados, foi necessário o levantamento para visibilidade de gênero de cada autoria das referências, já que conforme Miqueo *et al.* (2011) denunciam em seus trabalhos a normalização da comunicação científica, supostamente impessoal, contribui para inviabilizar o trabalho das pesquisadoras devido ao viés machista e sexista que permeia a estrutura científica. Assim, identificou-se que as autoras foram citadas 634 vezes nas ementas com grande concentração das referências em apenas uma parte das autorias. Para demonstrar a distribuição, criamos uma nuvem de palavras (figura 1), pois seriam muitas autoras para mostrar em uma tabela.

Em complemento, no quadro 2, são apresentadas as frequências das autoras mais citadas com dados sobre raça e nacionalidade.

Assim, pode-se observar que há uma concentração na citação dos trabalhos de 20 autoras, as quais, assim, podem ser consideradas as principais autoras de referência dos estudos feministas do campo CTS no Brasil.

Pode-se concluir que o reconhecimento científico ocorre apenas para as autoras “consolidadas” na perspectiva feminista, haja vista que 634 referências foram identificadas sobre o tema na análise, mas 20 autoras representam 32,6% da produção científica selecionada para a análise, ou seja, as mais citadas somam 207 citações. O que demonstra, assim, que há autoras e produção científica as quais merecem destaque e citação no que se refere

Figura 1. Nuvem de palavras com autoras referenciadas



Quadro 2. Autoras mais citadas

Nome da autora	Frequência de citação	Nacionalidade	Raça/etnia
Butler, Judith P.	23	Estados Unidos	Branca
Harding, Sandra	22	Estados Unidos	Branca
Scott, Joan W.	21	Estados Unidos	Branca
Haraway, Donna	13	Estados Unidos	Branca
Sardenberg, Cecília M.	13	Brasil	Branca
Keller, Evelyn Fox	13	Estados Unidos	Branca
Grossi, Miriam Pillar	10	Brasil	Branca
Miñoso, Yuderlys Espinosa	9	República Dominicana	Negra
Castro, Mary Garcia	9	Brasil	Branca
Longino, Helen	8	Estados Unidos	Branca
Flax, Jane	7	Estados Unidos	Branca
Hirata, Helena	7	Japão, naturalizada no Brasil	Amarela
Schiebinger, Londa	7	Estados Unidos	Branca
Bordo, Susan	7	Estados Unidos	Branca
Lima e Souza, Ângela Maria Freire de	7	Brasil	Branca
Pérez Sedeño, Eulalia	7	Marrocos	Branca
Saffioti, Heleieth	6	Brasil	Branca
Crenshaw, Kimberlé	6	Estados Unidos	Negra
Lorde, Audre	6	Estados Unidos	Negra
Nicholson, Linda	6	Estados Unidos	Branca
Total	207		

aos estudos de gênero, confirmando o “Efeito Matilda” o qual dita que as mulheres na CT recebem nenhum ou menor crédito por seu trabalho científico em comparação com os homens (Rossiter, 1993). O restante das citações se espalha de forma mais difusa com diferentes autorias.

Observa-se que as autoras mais citadas nas ementas são norte-americanas brancas (dez autoras) com destaque para Judith Butler, Sandra Harding, Joan Scott e Donna Haraway – consideradas cânones da Epistemologia Feminista. De um total de seis autoras brasileiras classificadas entre as mais citadas, apenas Helena Hirata não possui o perfil predominante, pois é de

nacionalidade japonesa e naturalizada brasileira. Nessa classificação apenas há Audre Lorde e Crenshaw como mulheres americanas e negras, e Yuderkys Miñoso também negra, porém dominicana. Portanto, apenas três de 20 autoras são negras e duas autoras que atentam para as questões raciais e de gênero no contexto latino-americano, Miñoso e Pérez Sedeño, sendo esta última marroquina, entretanto, tendo construído sua carreira acadêmica na Espanha.

O resultado demonstrado acima confirma as afirmações feitas por Subramaniam *et al.* (2016) sobre a falta de representatividade na Epistemologia Feminista e, sobretudo no âmbito CTS, mostrando uma predominância do perfil de teóricas euro-americanas brancas. Reforçando, também, a reflexão de Lugones (2014a) de que ao tratar da categoria mulher estamos nos referindo majoritariamente ao pensamento de mulheres brancas europeias ou no caso, no máximo de mulheres norte-americanas.

Os dados obtidos, também, estão de acordo com as falas de Subramaniam *et al.* (2016), Bauchspies, Croissant e Restivo (2006) e Hess *et al.* (2016) a respeito da desigualdade de gênero em esferas primordiais para formação de pesquisadores. E permitem, assim, a ilustração de como as bases “patriarcal-masculino-machista” construtivas da Ciência Moderna, como caracteriza Hilton Japiassu (2011), são responsáveis pela estratificação, discriminação e falta de representatividade, de gênero e, sobretudo, de raça, no fazer científico.

Verificou-se, ainda, que a maior parte das autorias femininas se concentram nas disciplinas optativas, o que pode ser explicado pelo fato das disciplinas de estudos de gênero, geralmente, pertencerem ao quadro de disciplinas eletivas. Em 11 cursos dos 25 analisados, não há disciplinas com foco central nas questões de gênero, e, em apenas dois programas as disciplinas de estudos de gênero integram a grade obrigatória.

É importante ressaltar que alguns programas não possuem disciplinas obrigatórias, deixando a critério do discente decidir como deverá cumprir o número de créditos exigidos pelo regulamento interno. Esse formato de oferecimento de disciplinas pode dificultar a aderência de tais temáticas e a leitura dos trabalhos de teóricas feministas em curso interdisciplinares para além do público interessado, assim como a construção de um pensamento crítico no corpo discente brasileiro sobre as questões de gênero na CT.

Com relação às obras mais citadas, o cenário é o apresentado no quadro 3.

Destacou-se como trabalhos mais citados aqueles com três ou mais citações. Assim, em conjunto, 26 obras correspondem a 108 das 207 citações elencadas, ou seja, os principais títulos concentram mais da metade das indicações bibliográficas analisadas. Pode-se ponderar, dessa forma,

Quadro 3. Principais obras referenciadas

Autora	Referência da obra	Total
Scott, Joan	Scott, J. (1990), "Gênero: uma categoria útil de análise histórica", <i>Educação e Realidade</i> , 15, (2), pp. 5-22.	12
Butler, Judith P.	Butler, J. (2003), <i>Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade</i> , Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.	7
Haraway, Donna	Haraway, D. (1995), "Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial", <i>Cadernos Pagu</i> , 5, pp. 7-41.	5
Miñoso, Yuderkys Espinosa	Espinosa Miñoso, Y. (coord.) (2010), <i>Aproximaciones críticas a las prácticas teóricopolíticas del feminismo latinoamericano</i> , Buenos Aires, Ed. En la frontera.	5
Flax, Jane	Flax, J. (1994), "Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista", em Hollanda, H. B. (ed.), <i>Pós-modernismo e política</i> , Rio de Janeiro, Ed. Rocco, pp. 217-250.	5
Longino, Helen	Keller, E.F. e H. E. Longino (eds.) (1996), <i>Feminism & Science</i> , Oxford, New York, Oxford University Press.	5
Bordo, Susan	Jaggar, A. M. e S.R. Bordo (orgs.) (1997), <i>Gênero, Corpo, Conhecimento</i> , Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos.	4
Crenshaw, Kimberlé	Crenshaw, K. (2002), "Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero", <i>Estudos Feministas</i> , 10, (1), pp.171-188	4
Harding, Sandra	Harding, S. (1993), "A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista", <i>Estudos Feministas</i> , 1, (1), pp. 7-31.	4
Keller, Evelyn Fox	Keller, E.F. e H. E. Longino (eds.) (1996), <i>Feminism & Science</i> , Oxford, New York, Oxford University Press.	4
Keller, Evelyn Fox	Keller, E. F. (1996), "Feminism and Science", em Keller, E.F. e H. E. Longino (eds.), <i>Feminism & Science</i> , Oxford, New York, Oxford University Press, pp. 28-40.	4
Nicholson, Linda	Nicholson, L. (2000), "Interpretando o gênero", <i>Estudos Feministas</i> , 8, (2), pp. 9-41.	4
Sardenberg, Cecília M.	Costa, A. A. e C. M. Sardenberg (orgs.) (2002), <i>Feminismo, Ciência e Tecnologia</i> , Salvador, EDUFBA.	4
Sardenberg, Cecília M.	Sardenberg, C. (2002), "Da Crítica Feminista à Ciência. Uma Ciência Feminista?", em Costa, A. A. e C. M. Sardenberg (orgs.), <i>Feminismo, Ciência e Tecnologia</i> , Salvador, EDUFBA, pp. 89-120.	4
Schiebinger, Londa	Schiebinger, L. (2001), <i>O feminismo mudou a ciência?</i> , Bauru, EDUSC.	4
Butler, Judith P.	Butler, J. (1998), "Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão da pós-modernismo", <i>Cadernos Pagu</i> , 11, pp. 11-42.	3

Quadro 3... continuação

Autora	Referência da obra	Total
Butler, Judith P.	Butler, J. e J. Scott (eds.) (1992), <i>Feminists Theorize the Political</i> , Nueva York, Routledge.	3
Grossi, Miriam Pillar	Pedro, J. e M. P. Grossi (orgs.) (1998), <i>Masculino, Feminino, Plural</i> , Florianópolis, Editora das Mulheres.	3
Haraway, Donna	Haraway, D. (1994), “Um manifesto para os cyborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80”, em Hollanda, H., <i>Tendências e impasses</i> , Rio de Janeiro, Rocco, pp. 243-258.	3
Harding, Sandra	Harding, S. (1996), “Del problema de la mujer en la ciencia al problema de la ciencia en el feminismo”, em <i>Ciencia y Feminismo</i> , Madrid, Ediciones Morata, pp. 15-27	3
Harding, Sandra	Harding, S. (1998), “¿Existe un método feminista?”, em Bartra, E. (ed.), <i>Debates en torno a una metodología feminista</i> , México, Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco, pp. 9-34.	3
Harding, Sandra	Harding, S. (ed.) (1987), <i>Feminism & Methodology</i> , Bloomington, Open University Press.	3
Hirata, Helena	Hirata, H. et al. (Orgs.) (2009), <i>Dicionário Crítico do Feminismo</i> , São Paulo, Editora UNESP.	3
Lorde, Audre	Lorde, A. (1984), <i>Sister outsider: essays and speeches</i> , Nueva York, The Crossing Press Feminist Series.	3
Saffioti, Heleieth	Saffioti, H. (1992), “Rearticulando gênero e classe social”, em Costa, A. e C. Bruschini (eds.), <i>Uma questão de gênero</i> , Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, pp. 183-215.	3
Scott, Joan	Butler, J. e J. Scott (eds.) (1992), <i>Feminists Theorize the Political</i> , Nueva York, Routledge.	3
		108

que o arcabouço teórico composto por tais obras é considerado, pela academia brasileira, como fundamental para a estruturação de estudos de gênero no país. Alinhado a perspectiva decolonial do presente estudo, é importante problematizar que esses trabalhos espelham, predominantemente, uma perspectiva branca e eurocêntrica, sendo necessária a desconstrução da obrigatoriedade velada da utilização de tais cânones para os estudos de gênero no país com a leitura e debate a partir de autoras latinas americanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise proposta das referências e autorias das disciplinas, que possuem estudos de gênero e estudos feministas como base em cursos interdisciplinares com referências do campo CTS, pôde-se traçar um perfil majoritário das principais autoras e obras citadas nestes cursos.

Assim, percebeu-se que há menos autoras referenciadas nas ementas dos cursos, mesmo nas disciplinas com foco em gênero. Verificou-se, ainda, que há inúmeros programas de pós-graduação no país que não apresentam disciplinas obrigatórias ou eletivas sobre as questões de gênero. E, uma pequena quantidade de cursos que apresentam disciplinas com esse enfoque como componente obrigatório.

Isso evidencia o tamanho da necessidade do reconhecimento da epistemologia feminista enquanto categoria de análise para o campo CTS no país, pois a ausência dessas indicações de leitura nas grades dos cursos, no mínimo, dificulta o acesso ao pensamento crítico trazido por feministas para os Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia.

Observou-se, também, um abismo entre o reconhecimento de obras de mulheres brancas estadunidenses para trabalhos de mulheres de qualquer nacionalidade, em especial de mulheres negras. O que torna o caminho a ser percorrido ainda mais longo para que as realidades de mulheres fora do eixo “branco, norte e ocidental” sejam levadas em conta. Já que em sua maioria, as obras dessas autoras não costumam dar destaque às questões de raça, orientação sexual e outros recortes dentro da perspectiva feminista.

Diante disso, pode-se comprovar a tese de que as autoras feministas mais referenciadas tanto nas disciplinas de CTS como de estudos de gênero dos cursos interdisciplinares relacionados ao enfoque CTS, ainda, são, em sua maioria, mulheres brancas dos países do hemisfério norte que não se identificam com a agenda científica dos países “marginalizados”, assim como as especificidades das mulheres negras, indígenas que compõem o Brasil.

Por fim, pôde-se perceber que a análise de referências bibliográficas pode e deve ser mais amplamente utilizada como instrumento de pesquisas científicas devido sua potência de utilização, tal como verificar a aderência das ideias de determinados autores e autoras nas áreas científicas, e traçar a linha teórica que fundamenta determinados cursos. Adicionalmente, deixamos a recomendação para que os programas de pós-graduação elencados considerem diversificar os currículos de estrutura curricular, assim como que associações de regulamentação de normas técnicas busquem alternativas que solucionem a invisibilidade da autoria feminina na produção intelectual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anderson, E. (2002), “Feminist Epistemology and Philosophy of Science”, *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Stanford Centre for the Study of Language and Information. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/entries/feminism-epistemology/>>.
- Bauchspies, W., J. Croissant e S. Restivo (2006), *Science, Technology, and Society: A Sociological Approach*, Londres, John Wiley & Sons.
- Bíblia (2015), *A Bíblia Sagrada: Velho e Novo Testamento*, Salt Lake City, A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, “Mateus”, pp.1445-1507.
- Bottoni, A., E. J. Sardano e G. B. Costa Filho (2013), “Uma breve história da Universidade no Brasil: de Dom João a Lula e os desafios atuais”, em S. S. Colombo (org.), *Gestão Universitária: os caminhos para a excelência*, Porto Alegre, Penso.
- Etzkowitz, H. e N. Gupta (2006), “Women in Science: A Fair Shake?”, *Minerva*, vol. 44, Nº 2, pp.185-199.
- García, M. I. G. e E. P. Sedeño (2002), “Ciencia, tecnología y género”, *Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología, Sociedad e Innovación*, Nº 2, p. 5.
- Harding, S. (2016), “Latin American Decolonial Social Studies of Scientific Knowledge”, *Science, Technology, & Human Values*, vol. 41, Nº 6, pp. 1063-1087.
- Hess, D. J. et al. (2016), “Structural Inequality and the Politics of Science and Technology”, em Felt, U. et al. (eds.), *The Handbook of Science and Technology Studies*, Cambridge, MIT Press, pp. 319-347.
- Japiassu, H. (2011), *Ciências: questões impertinentes*, São Paulo, Ideias e Letras, “Porque a ciência já nasceu machista?”, pp. 17-49.
- Lugones M. (2014a), “Rumo a um feminismo descolonial”, *Revista Estudos Feministas*, vol. 22, Nº 3, pp. 935-952.
- (2014b), “Colonialidad y género”, em Miñoso, Y. E., D. G. Correal e K. O. Muñoz (eds.), *Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*, Popayán, Editorial Universidad del Cauca, pp. 57-73.
- Miñoso, Y. E., D. G. Correal e K. O. Muñoz (eds.) (2014), *Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales em Abya Yala*, Popayán, Editorial Universidad del Cauca.
- Miqueo, C. et al. (2011), *Ellas también cuentan: científicas en los comités de revistas biomédicas*, Zaragoza, Prensas Universitarias de Zaragoza.
- Moser, I. (2006), “Sociotechnical Practices and Difference”, *Science, Technology, & Human Values*, vol. 31, Nº 5, pp. 537-564.

- Rossiter, M. W. (1993), "The Matthew Matilda Effect in Science", *Social Studies Of Science*, vol. 23, N° 2, pp. 325-341.
- Schiebinger, L. (1999), "Gender Studies of sts: A Look Toward the Future", *Science, Technology and Society*, vol. 4, N° 1, pp. 95-106.
- Sismondo, S. (2010), *An introduction to Science and Technology Studies*, Londres, Wiley-Blackwell.
- Subramaniam, B. *et al.* (2016), "Feminism, Postcolonialism, Technoscience", en Felt, U. *et al.* (eds.), *The Handbook of Science and Technology Studies*, Cambridge, MIT Press, pp. 407-433.

*Artículo recibido el 10 de noviembre de 2019.
Aprobado para su publicación el 10 de marzo de 2020.*